

## CONSULTA PÚBLICA ÀS PARTES INTERESSADAS

BIÉNIO 2021/2022

RESPOSTA (02 de Março de 2022)

Decorreu, entre 14 e 31 de outubro, a consulta pública às partes interessadas relativamente ao planeamento de intervenções florestais nas áreas sob gestão da Parques de Sintra para o biénio 2021/2022.

Este ano, optou-se por uma consulta em formato digital, tendo sido disponibilizada, para o efeito, uma apresentação dos trabalhos no site da Parques de Sintra, bem como um formulário para envio de comentários/sugestões para um endereço de e-mail. Paralelamente, a mesma apresentação foi enviada para a lista de contactos das partes interessadas.

O presente documento pretende responder a todas as questões e comentários que foram enviados durante o período acima indicado. Sempre que possível, agruparam-se numa só resposta questões semelhantes ou referentes a um mesmo tema.

1. Como se faz o controlo químico de espécies invasoras lenhosas?

Ciente da importância da problemática das espécies invasoras e da degradação que estas causam no Património Natural, desde cedo, a política da Parques de Sintra tem-se fundamentado numa atuação a montante do problema, apostando numa estratégia que, a longo prazo, possa resultar na recuperação de áreas totalmente comprometidas e ameaçadas no ponto de vista ecológico. Para definição das metodologias de combate, a Parques de Sintra baseou-se em pesquisas aprofundadas sobre os meios de controlo de espécies invasoras, consultando especialistas e estudando outros projetos com problemáticas semelhantes.

Assim, são utilizadas as abordagens de combate resumidas na tabela abaixo, para as quais se assinalam as respetivas vantagens e desvantagens:

		Vantagens	Desvantagens
Intervenções mecanizadas	Corte	1. Intervenção simples, quando feita em plantas de pequenas dimensões 2. Baixos custos numa intervenção inicial 3. Aplicável em árvores de todos os diâmetros 4. Técnica amiga do ambiente, pode ser utilizada em algumas áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental 5. Reduz a produção de sementes	1. Pouco eficaz em algumas espécies, pois estimula formação de rebentos 2. Exige pessoal especializado para operar os equipamentos 3. Exige utilização de Equipamentos de Proteção Individual 4. Obriga a sucessivas intervenções, caso contrário, pode contribuir para o agravamento da invasão 5. Pode não ser exequível em determinados tipos de terreno
	Descasque	1. Método eficaz quando bem aplicado e realizado nas espécies certas 2. Aplicável em árvores de todos os diâmetros 3. Pode ser efetuada em ações de voluntariado, com escolas, etc... 4. Técnica amiga do ambiente e pouco onerosa a médio prazo	1. Exige aplicação minuciosa 2. Só resulta em determinadas espécies e em alturas certas do ano 3. Intervenção morosa e onerosa, quando realizada por profissionais 4. Impacto visual do resultado com peso negativo na opinião pública. 5. Dificuldade acrescida e maior risco no corte do material lenhoso depois de seco.
Intervenções manuais	Arranque	1. Intervenção simples 2. Elevada seletividade 3. Eficaz (se as plantas forem totalmente arrancadas) 4. Não exige pessoal especializado (pode ser efetuada em ações de voluntariado, com escolas, etc...) 5. Técnica amiga do ambiente, pode ser utilizada em algumas áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental	1. Necessário saber reconhecer as plantas alvo 2. Pode resultar em elevados esforços físicos e más posturas quando as plantas são maiores e/ou com densidades elevadas 3. Intervenção morosa e onerosa, quando realizada por profissionais, em situação de densidades elevadas de plantas 4. Em plantas maiores ou rebentos de toça o arranque pode ser muito difícil 5. As plantas devem ser arrancadas antes de produzirem sementes 6. Em plantas de maiores dimensões, o arranque do sistema radicular não é integral, contribuindo para a ineficácia da ação.
Intervenções químicas	Herbicida	1. Técnica eficaz em plantas jovens 2. Aplicação seletiva sobre as espécies alvo 3. Mais eficaz, menos moroso e menos oneroso do que técnicas mecânicas e manuais	1. Exige precauções para não atingir plantas não-alvo 2. Exige pessoal especializado para operar os equipamentos 3. Exige utilização de Equipamentos de Proteção Individual 4. Risco acrescido para o aplicador e meio envolvente 5. Utilização condicionada pelas condições climáticas e mobilidade do terreno

De referir que pode existir a combinação de vários métodos, por exemplo, quando se faz corte (método mecânico) seguido de pincelagem de herbicida na toixa (método químico) para evitar a rebentação ou aplicação foliar de herbicida sobre jovens exemplares de espécies invasoras.

Não obstante as vantagens acima apresentadas para as intervenções com herbicida, a Parques de Sintra tem forte preferência pela sua não-utilização, limitando o seu uso a situações estritamente necessárias. Nos Parques e Jardins sob gestão da Parques de Sintra já não existem intervenções de controlo de invasoras com recurso a herbicidas.

No entanto, em áreas florestais com densidades de plantas invasoras na ordem das 5 mil plântulas por m<sup>2</sup>, o recurso ao herbicida é a única técnica viável para controlar a invasão. Todas as intervenções com aplicação de herbicida seguem um rigoroso conjunto de procedimentos de forma a evitar eventuais efeitos nocivos da utilização do herbicida, nomeadamente:

- i. Todos os operadores devem utilizar os respetivos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que incluem luvas, viseiras, máscaras e capacetes, entre outros;
- ii. Antes do início das aplicações, são devidamente assinalados os altos valores de conservação presentes na área e garantidos respetivos *buffers* de proteção. Nesses *buffers* não é permitida a aplicação de herbicida;
- iii. São assinalados *buffers* de proteção às linhas de água – faixas laterais de 10m de largura em cada uma das margens das linhas de águas – e *buffers* de proteção às minas e nascentes – circunferências com 50m de raio em torno da mina ou nascente –, no interior dos quais está proibida a execução de trabalhos.
- iv. As aplicações de herbicida são executadas de cima para baixo, de forma a evitar a deriva de produto, com recurso a pulverizadores de dorso, equipados com bicos em “espelho” ou em “leque plano”: o ângulo máximo do leque de pulverizador permitido é de 110°; a pressão de pulverização é controlada, não sendo admitidos valores superiores a 1,5Bars.
- v. A pulverização da planta invasora deverá ser executada de forma a cobrir uniformemente toda a planta, sem sobreposições;
- vi. A calda a empregar utiliza um herbicida sistémico, à razão de 360g de substância ativa por litro de produto comercial;
- vii. O herbicida é utilizado em concentrações de 2%, ou seja, dois litros de produto por 100 litros de água;
- viii. A água utilizada é isenta de areias, limos e outras partículas e apresenta preferencialmente um pH ácido;
- ix. É utilizado um corante inerte, orgânico, não tóxico, de forma a facilitar a identificação das áreas tratadas (este corante dá às plantas um tom azulado e desaparece ao fim de poucos dias sem deixar vestígios)
- x. A produção da calda segue sempre a mesma ordem: adiciona-se o adjuvante a uma terça parte da água necessária; adiciona-se a substância ativa do herbicida e a segunda terça parte da água; adiciona-se o corante, numa concentração de 0,1%, e a água remanescente.
- xi. A elaboração da calda é obrigatoriamente feita na presença de um técnico da Parques de Sintra, não podendo ser armazenada de um dia para o outro;
- xii. Não são permitidas pulverizações de plantas não-alvo;
- xiii. As pulverizações são sempre realizadas em condições de velocidade de vento inferior a 10km/hora, com temperatura entre os 15° C e os 30° C, na ausência de precipitação e na ausência de previsão de precipitação nas 6 horas que precedem o tratamento;

- xiv. Sempre que se verifique, na área a pulverizar, a presença de cogumelos e/ou frutos silvestres, os trabalhos são suspensos.
- xv. As embalagens vazias são colocadas dentro de sacos devidamente autorizados para o efeito e devolvidas ao fornecedor.

Salienta-se, ainda, que o controlo químico das invasoras ocorre em áreas descontínuas e de pequena dimensão, de forma a minimizar eventuais impactes sobre a fauna.

2. Foram estudados os impactos que os herbicidas poderão ter sobre a biodiversidade e os ecossistemas?

Para além de todos os cuidados referidos na resposta anterior, tendo presente os efeitos ambientais que a utilização de herbicida pode ter, a Parques de Sintra tem implementado um sistema de monitorização, do qual faz parte um estudo efetuado pelo Centro de Biociências do ISPA. Este incluiu três componentes complementares que pretenderam avaliar, de forma direta e indireta, os efeitos da aplicação desta substância nos ecossistemas, nomeadamente:

- i. Medição direta das concentrações de herbicida no solo e na água após as aplicações, como modo de avaliar o grau de contaminação do meio;
- ii. Cartografia de espécies botânicas raras, para permitir que as pulverizações com herbicida sejam planeadas de forma a evitar a sua afetação;
- iii. Monitorização das comunidades de anfíbios (já que este grupo é um dos mais sensíveis à contaminação do meio).

As conclusões foram de que os impactes associados ao uso do herbicida nas propriedades geridas pela Parques de Sintra foram pouco relevantes, salientando-se os seguintes aspetos:

- i. Os dados obtidos indicam que o período de retenção do herbicida no solo é substancialmente inferior ao usual;
- ii. A aplicação está temporalmente desfasada do período de maior atividade dos anfíbios, o que diminui a afetação deste grupo de vertebrados (que tem sido apontado como o mais sensível ao herbicida);
- iii. Não se verificou a afetação de corpos de água.

Paralelamente, o Centro de Estudos Florestais do Instituto de Agronomia da Universidade de Lisboa tem realizado regularmente avaliações da eficácia da aplicação de herbicida, com resultados favoráveis à utilização desta técnica.

Não obstante, a Parques de Sintra tem empreendido esforços para encontrar alternativas à aplicação de herbicida a nível florestal, nomeadamente:

- i. Solução de monda térmica – após testes, verificou-se que não são eficazes para os níveis de invasão em questão;
- ii. Herbicidas orgânicos – ainda em fase de testes.

Face à eficácia da utilização de herbicida no combate a espécies invasoras, à ausência de efeitos negativos detetados e aos benefícios que estão a surgir no ecossistema, considera-se que os impactes positivos da sua utilização são francamente superiores aos impactes negativos.

Importa ainda referir que as espécies invasoras são consideradas uma das maiores ameaças ao bem-estar ambiental e económico do planeta. As consequências negativas de uma invasão biológica incluem:

- i. Impactes económicos elevados, nomeadamente, quando são invadidas áreas agrícolas, florestais ou piscícolas;
- ii. Consequências para a saúde pública, quando as espécies são tóxicas, cortantes, alergénicas ou ainda, vetores de pragas;
- iii. Diminuição da disponibilidade de água nos lençóis freáticos, quando as espécies têm elevadas exigências no seu consumo;
- iv. Alteração no equilíbrio dos ecossistemas, com consequências como a alteração dos regimes de fogo ou a competição com espécies nativas (que podem ser completamente substituídas);
- v. Impactes nos serviços dos ecossistemas, afetando negativamente a produção de alimentos, a regulação do clima, cheias e doenças, o valor estético e cultural das paisagens e o fornecimento de água, entre outros.

Nesse sentido, a ausência de intervenção em áreas afetadas por espécies invasoras, ou intervenções mal planeadas, com técnicas inadequadas e sem continuidade temporal, conduzem a situações de invasão biológica mais graves que a situação inicial, cujos impactos negativos superam eventuais impactos de utilização de herbicida.

Salienta-se, ainda, que a Parques de Sintra é, desde 2016, uma empresa certificada pelo Forest Stewardship Council® (Certificado: FSC-128797). Este certificado é renovado anualmente através de auditorias.

O FSC® é uma organização independente, não lucrativa, que tem como missão promover gestão florestal ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente saudável. Foi fundado em 1993, na sequência da Cimeira do Rio (1992).

De entre os vários critérios avaliados no processo de certificação, salienta-se o Critério 10.7 do Princípio 10 para a Gestão Florestal do FSC®, que estabelece: “A Organização [certificada] deve recorrer à gestão integrada de pragas e a sistemas silvícolas que evitem, ou procurem eliminar, o uso de pesticidas químicos. A Organização não pode usar pesticidas químicos proibidos pela política do FSC®. Quando são usados pesticidas, a Organização deve prevenir, mitigar e/ou reparar danos aos valores ambientais e saúde humana”.

De acordo com a nova Política de Pesticidas do FSC®, publicada em 2019, os objetivos a curto prazo, para esta organização, são:

- i. Promover boas práticas para minimizar os riscos associados à saúde humana e ao meio ambiente ao usar pesticidas químicos;
- ii. Reduzir o volume e o número de pesticidas químicos em uso;
- iii. Eliminar o uso dos pesticidas químicos mais perigosos.

A longo prazo, a política do FSC® é eliminar o uso de pesticidas químicos em florestas certificadas pelo FSC®. Não obstante, o FSC® reconhece que, em determinadas circunstâncias, e depois de serem consideradas outras estratégias e práticas, o uso de pesticidas pode ser a única maneira viável de controlar pragas, doenças ou infestantes. Para evitar e/ou minimizar os riscos associados à aplicação de qualquer pesticida, o FSC® define um conjunto de Medidas de Mitigação, a implementar de acordo com o pesticida utilizado.

O documento “Listas de pesticidas altamente perigosos”, publicado pelo FSC® em 2019, considera três listas de pesticidas altamente perigosos:

- i. Lista de pesticidas proibidos
- ii. Lista de pesticidas de utilização altamente restrita
- iii. Lista de pesticidas de utilização restrita

A Parques de Sintra utiliza, para combate químico de invasoras lenhosas, um herbicida sistémico, derivado de glicina e formulado como um sal do ácido despranutado e um catião (sal de amónio, sal de isopropilamónio, sal de potássio). É absorvido pelas folhas e caules e transportado, preferencialmente, pelo floema para os tecidos meristemáticos. Este herbicida está incluído na terceira lista, i.e. pesticidas de utilização restrita, o que significa que a sua utilização é permitida pelo FSC®, desde que aplicadas as devidas medidas de mitigação.

De acordo com a política do FSC®, as entidades certificadas devem realizar uma Avaliação de Risco Social e Ambiental (ESRA – Environmental and Social Risk Assessment) para identificar impactos ambientais e sociais, avaliar alternativas para controlar uma praga, infestante ou doença (considerar meios alternativos de luta, como biológicos, físicos ou outros) e determinar as condições de uso, as medidas de mitigação e de monitorização.

No que respeita às linhas de água, da ESRA realizada pela Parques de Sintra resultaram as diversas medidas de mitigação atualmente em aplicação, nomeadamente:

- i. Interdição da operação numa faixa de 10 metros de ambas as margens de curso de água, mesmo que temporários;
  - ii. Interdição da operação num perímetro de 50 metros em torno de minas e nascentes;
  - iii. Adição de corantes à calda herbicida;
  - iv. Aplicação sob condições meteorológicas adequadas, isto é, na ausência de chuva, com velocidade de vento inferior a 10km/hora, e temperatura entre 15 a 30° C;
  - v. Não realizar aplicações quando se prevê precipitação nas 6 horas após o tratamento;
  - vi. Execução de pulverizações foliares localizadas (isto é, apenas sobre a planta a controlar);
  - vii. Realização de análises periódicas às águas superficiais e subterrâneas para deteção de resíduos de herbicida.
  - viii. Utilização de bacias de retenção.
3. Foram cortados povoamentos lenhosos de invasoras entre 2000 e 2017 numa área de total de 361 ha e, até 2021, de 586 ha. Mas só foram arborizadas 181 ha até 2019. As áreas em que foram cortados os povoamentos de invasoras estão a ser conduzidas apenas com recurso a regeneração natural e por isso não aparecem nas áreas arborizadas?

Os povoamentos cortados não são, na sua totalidade, povoamentos puros de espécies invasoras lenhosas. São, na sua maioria, povoamentos mistos (invasoras lenhosas e espécies nativas) onde as invasoras lenhosas apresentam uma elevada taxa de representação, sendo as espécies invasoras lenhosas dominantes. Nesse sentido, o corte de invasoras lenhosas não origina sempre áreas desprovidas de vegetação arbórea, não necessitando, por isso, de ser arborizadas. Nestes locais, a estratégia da Parques de Sintra passa, na medida do possível, pela melhoria das condições das espécies arbóreas nativas presentes e pelo aproveitamento da sua regeneração natural. Apenas quando a ausência de espécies arbóreas nativas, ou da sua regeneração natural, não garante a devida cobertura do solo após a remoção das espécies invasoras lenhosas, a Parques de Sintra recorre a plantações.

Assim, é natural que a área de povoamentos cortados seja sempre superior à área arborizada.

4. A vegetação que dá pelo nome de plumas está a aparecer em quantidades assustadoras, afigurando-se como sério corrente às também invasoras acácias. Pergunto o que planeiam fazer para a (as) combater.

A Parques de Sintra possui um plano de combate às espécies invasoras que define um conjunto de espécies-alvo, do qual as plumas (*Cortaderia selloana*) fazem parte. Esta espécie está claramente identificada como espécie invasora na Serra de Sintra, sendo também alvo de intervenções de combate, tal como as restantes espécies. O combate é feito através de uma combinação de métodos mecânicos, manuais e químicos (ver resposta à pergunta 1 para esclarecimentos sobre as vantagens e desvantagens dos diferentes métodos).

5. Como evoluiu a equipa de funcionários efetivos da PSML dedicada à gestão florestal nos últimos 5 anos? Como evoluiu o recurso a prestação de serviços externos nos últimos 5 anos e sobre que tarefas incide?

A Parques de Sintra tem uma estratégia repartida de intervenções baseada em dois grandes eixos – meios próprios e prestação de serviços, com vista a otimizar a gestão dos recursos.

Dada a dimensão da área florestal sob gestão desta empresa, a decisão da utilização de meios próprios ou prestações de serviços tem por base a extensão da intervenção a realizar. Intervenções pontuais de manutenção são preferencialmente realizadas por meios próprios, enquanto que intervenções em grandes áreas, nomeadamente, o controlo de espécies invasoras lenhosas, o controlo de vegetação espontânea ou as mondas manuais, são realizadas através de prestações de serviços.

Face ao aumento da área sob gestão da Parques de Sintra através da atribuição de gestão do Perímetro Florestal da Serra de Sintra em 2018, o recurso a prestações de serviços teve necessariamente um aumento nos últimos 3 anos.

6. Como evoluíram as ações de voluntariado nos últimos 5 anos e quais os seus resultados práticos?

Desde 2018, a Parques de Sintra tem um protocolo de colaboração com a Associação Plantar 1 Árvore, que contempla voluntariado na Serra de Sintra. O protocolo foi assinado no âmbito do projeto LIFE Volunteer Escapes, cujos resultados – obtidos através do Relatório Final do Projeto, cedido pela Associação Plantar 1 Árvore – são os seguintes:

- i. Erradicação de espécies invasoras – 30,19 hectares;
- ii. Árvores plantadas em cinco habitats com interesse para a conservação – 15,23 hectares;
- iii. Manutenção de floresta e proteção de regeneração natural - 36,28 hectares;
- iv. Valorização de percursos pedestres - 3,6 km;
- v. Sementes de espécies autóctones semeadas em viveiro – 1604 unidades.

7. A PSML prevê uma expansão da área florestal sob a sua gestão? Que planos existem?

Ao longo dos anos, a Parques de Sintra tem apostado na aquisição de áreas florestais de forma a conseguir uma coerência de gestão do território, com a resultante salvaguarda do património. Mais recentemente, através de protocolo celebrado com o ICNF, foi delegada na Parques de Sintra a competência de gerir o Perímetro Florestal da Serra de Sintra.

Dado o enquadramento atual, não se prevê a curto/médio prazo a possibilidade de expansão da área florestal sob sua gestão.

8. A redução das intervenções em 2020 é inteiramente devida à pandemia?

Sim, a pandemia por COVID-19 introduziu fatores de risco e incerteza muito elevados, quer para a Parques de Sintra, quer para os operadores económicos de uma forma geral, que viram assim a sua atividade muito restringida. Nesse sentido, e por prudência, foi necessário reajustar o plano de intervenções florestais, garantindo a manutenção das áreas intervencionadas no passado e optando pela não realização de novos investimentos.

a. A PSML monitoriza a poluição sonora, hídrica e atmosférica? Que indicadores tem?

A Parques de Sintra identificou como áreas mais críticas, neste âmbito, os jardins do Palácio Nacional de Queluz e a Matinha de Queluz, onde a proximidade com o IC19 poderia ter efeitos negativos sobre pessoas, vegetação e património construído. Foram, assim, efetuadas avaliações acústicas e de parâmetros atmosféricos nesta área com o objetivo de referenciar a situação atual e propor medidas de minimização de impactes.

b. A monda manual nunca viu o seu objetivo atingido e em 2020 até retrocedeu. Quais as razões que explicam esta situação?

Os 50ha/ano mencionados no documento da consulta pública são o objetivo que se pretende atingir e contemplam todas as linhas de água sob gestão da Parques de Sintra, incluindo as linhas de água inseridas na zona do Perímetro Florestal da Serra de Sintra, que passou para gestão da empresa em 2018.

As condições de degradação ecológica em que se encontram as linhas de água no Perímetro Florestal da Serra de Sintra impossibilitam, de momento, a realização de mondas manuais. Ainda assim, são consideradas nos objetivos da Parques de Sintra como áreas potenciais de aplicação de monda manual.

O aparente retrocesso referido na questão não resulta da não aplicação da monda manual, mas sim de um acréscimo substancial de área a gerir associado à atual impossibilidade da aplicação desta operação enquanto não for realizada uma operação preparatória de corte e eliminação de espécies invasoras lenhosas de porte arbóreo nesses locais.

c. Sobre o controlo de vegetação espontânea, porque não são apresentados dados relativos a 2019? E qual a razão para o objetivo ter ficado a 58% em 2020?

A Parques de Sintra orienta as suas intervenções em função de um documento que constitui uma ferramenta de gestão do património florestal – o Plano de Gestão Florestal.

Neste documento, são definidas e calendarizadas todas as operações de gestão para o património florestal, sendo que nem todas as operações estão previstas para todos os anos. O planeamento das operações é feito em função da sua necessidade, sendo estabelecidos critérios de ordem técnica e financeira para a sua execução. Em 2019, de acordo com esse documento de gestão, não se previu a necessidade de realização da operação de controlo de vegetação espontânea.

Relativamente ao sucedido em 2020, remetemos para a resposta à pergunta 8.

d. Foi realizada a charca para anfíbios planeada para 2020?

O projeto das charcas para anfíbios iniciou-se em 2019, com a implementação de 4 charcas. Posteriormente, identificou-se um novo local onde se considerou benéfica a implementação de uma charca adicional. Esta charca esteve inicialmente prevista para 2020. No entanto, tal como referido na resposta à questão 8a), as incertezas geradas pela pandemia levaram a uma necessidade de reajustamento do plano de intervenções florestais. Em 2021, ainda que a implementação desta charca que não tenha sido executada, a sua localização encontra-se identificada e as medições de terreno foram já efetuadas, de forma a planear as intervenções necessárias.

e. Que ações pretende a PSML desenvolver com a comunidade, tais como consultas mais regulares, envolvimento de associações locais e da população, divulgação e sensibilização para uma utilização pública consciente, etc.?

A Parques de Sintra tem vindo a fazer um esforço de aproximação à comunidade local, no sentido de partilha de informação e auscultação das partes interessadas e afetadas pela sua gestão florestal, tal como o demonstra esta consulta pública. Este é um procedimento que, desde 2018, tem vindo a ser adotado pela Parques de Sintra como ferramenta de articulação com as partes interessadas e que se tem revelado eficaz. Não obstante, a Parques de Sintra encontra-se sempre disponível para avaliar outras formas de participação.

Paralelamente, a Parques de Sintra desenvolve, ainda, um programa de educação ambiental com as escolas, no âmbito do qual acolhe uma média de 100 mil alunos por ano, bem como uma parceria com a Associação Plantar 1 Árvore para realização de ações de voluntariado.

9. Sugestões relacionadas com o formato e conteúdos da consulta pública

a. Compreendemos a intenção de sintetizar as temáticas abordadas, mas entendemos ser de interesse que numa próxima Consulta Pública ser especificado qual o tipo de vegetação espontânea, quais as invasoras e quais as espécies utilizadas para arborização florestal;

As descrições detalhadas dos tipos de vegetação, das espécies invasoras e das espécies utilizadas na arborização podem tornar a leitura e interpretação do documento submetido a consulta pública demasiado técnica para o cidadão comum. A Parques de Sintra optou, nesta ocasião, por simplificar o documento com vista a tornar a sua leitura mais acessível. Não obstante, numa próxima consulta pública essa informação poderá ser facilmente disponibilizada.

b. Teria também interesse a listagem da fauna, flora, espécies piscícolas, anfíbios e quais os tipos de morcegos e aves. Essa informação terá a maior utilidade para que se tenha a dimensão do trabalho, certamente árduo, das atividades desenvolvidas pela Parques de Sintra;

Relativamente a esta questão, remetemos para a resposta à pergunta 9a.

c. Entendemos que precedendo a Consulta Pública poderia ter tido lugar, por exemplo, no Palácio Valenças, um local arejado e embora com lotação limitada, uma troca de impressões que traria certamente um complemento de informação nomeadamente quantos trabalhadores existem para as diferentes etapas dos trabalhos nas Matas. São equipas volantes ou trabalhadores residentes? Para que melhor se apreciasse o trabalho desenvolvido e a desenvolver.

O método de consulta adotado nesta sessão não invalida a retoma de reuniões presenciais logo que seja possível. Salientamos, no entanto, que este método permitiu uma participação mais abrangente e acessível, tendo como vantagem adicional o facto de permitir um maior tempo de reflexão sobre as informações transmitidas.

Relativamente às questões sobre os colaboradores, remetemos para a resposta à pergunta 5.

d. Porque não apresentam um mapa com a localização das ações já levadas a cabo, nomeadamente, onde foram realizados os cortes de povoamentos adultos de espécies invasoras lenhosas e as arborizações?

Seria difícil, num só documento, condensar todas as intervenções realizadas pela Parques de Sintra, com a respetiva localização espacial. Contudo, havendo interesse na obtenção dessa informação, a Parques de Sintra poderá fornecer, mediante requisição, a cartografia das áreas sujeitas a corte de povoamentos adultos de espécies invasoras lenhosas e a arborização nos últimos anos.

10. Bom dia/boa tarde Na última sessão de esclarecimento foi abordada a questão da utilização dos caminhos de acesso aos trilhos por parte das carrinhas de transporte de bicicletas. Na ata da reunião constava o seguinte: "Relativamente às atividades de recreio e lazer, encontra-se em desenvolvimento um trabalho com o Parque Nacional Sintra Cascais no sentido de encontrar soluções para os diversos tipos de utilizadores." Ao que parece, não é do conhecimento da comunidade qualquer desenvolvimento nessa matéria. E esse desconhecimento tem levado a uma mudança de hábitos por parte dos utilizadores da serra (para melhor ou para pior, o tempo o dirá). Nomeadamente, com o desconhecimento do público em geral acerca da finalidade dos portões, (pelo menos teve o efeito dissuasor desejado, e o trânsito nesses caminhos hoje em dia é bastante reduzido) a limitação do trânsito num sentido na estrada que vai dos Capuchos em direção à Peninha ou à Malveira da Serra, e o fecho ao trânsito da estrada que vai dos Capuchos à Pena, tem-se assistido a cada vez mais grupos optarem por vender as carrinhas e trocar as bicicletas por bicicletas motorizadas (designadas de e-bike). Tem até havido dentro da comunidade uma certa campanha para pressionar os utilizadores a comprar as ditas e-bikes sob o pretexto de os acessos à serra estarem cada vez mais fechados, poderem circular mesmo quando as cancelas estão fechadas devido ao risco de incêndio, etc Do ponto de vista ecológico, até parece uma boa ideia trocar as emissões de carbono das carrinhas por "energia verde". Mas na minha sincera opinião, acho que se está a "criar um monstro". Quando as e-bikes começaram a ser moda, muitos bike parks optaram por proibir a circulação de e-bikes. Além do desgaste adicional derivado do peso das ditas "bicicletas", há o risco de incêndio do lítio das baterias. O lítio entra em combustão espontânea quando entra em contacto com o ar depois de aquecer um bocado. O que impede as baterias de lítio de entrar em combustão espontânea é o isolamento das mesmas. No caso dos carros elétricos, normalmente as baterias têm isolamento triplo. Células, módulos, e bloco. No caso das bicicletas, o isolamento é normalmente duplo. Células num bloco (sendo que esse bloco protege de impactos, mas não é estanque em relação ao ar). E a constante tentativa de meter no mercado bicicletas mais leves faz com que se corte cada vez mais no peso dos isolantes das baterias. Há tempos a Specialized apresentou no mercado a e-bike mais leve de sempre. Alguém tempo depois, teve que fazer um recall devido aos relatos de combustão espontânea das baterias dessas bicicletas. E por enquanto (tanto quanto sei) ainda usam células de lítio cilíndricas, que usam isolantes mais resistentes (e pesados). Mas conhecendo o mundo das bicicletas, não tarda nada vão aventurar-se a fazer baterias com células de lítio do tipo bolsa, que são mais leves. Normalmente associa-se o risco de incêndio ao calor produzido durante o carregamento. É verdade que as baterias aquecem mais durante o carregamento que em andamento, pois o ciclo de carregamento é mais rápido, e esse aquecimento pode danificar o isolante da bateria, expondo o lítio ao ar. No entanto, quando falamos nas bicicletas, há outro risco a ter em conta, que é o risco de impacto por acidente. E é

isso que me deixa particularmente preocupado nesta nova tendência. Não tenho nada contra alguém passear numa e-bike. Mas acho uma tremenda irresponsabilidade alguém tentar fazer com uma e-bike o que antes fazia com uma bicicleta de downhill. Acho uma tremenda irresponsabilidade que alguém corra o risco de bater com a bateria numa pedra ou numa árvore no coração de um parque natural. Houve uma altura em que as baterias eram montadas no meio do quadro, por cima do tubo de baixo. Mas hoje em dia são quase todas montadas dentro do tubo de baixo. Nalgumas e-bikes, a bateria é mesmo encaixada na parte de baixo do tubo de baixo, ficando completamente exposta a impactos. Portanto acho uma péssima ideia trocar as bicicletas de downhill por "e-bikes" para o mesmo estilo de andamento. Uma péssima ideia acelerar pela serra abaixo com uma bateria de lítio por baixo do quadro da bicicleta. E se até há pouco tempo tínhamos miúdos a comprar as bicicletas de downhill mais baratas que encontrarem para começar, não tarda nada temos a próxima geração de miúdos a comprar e-bikes usadas, com as baterias completamente saturadas, para começar e andar constantemente a cair e a bater contra as coisas como é normal no início de qualquer miúdo. Acho que é importante enquadrar o desporto de natureza no parque natural, informar os utilizadores, e tentar abrandar esta tendência de proliferação de baterias de lítio a acelerar pela serra abaixo. Porque acho que no dia em que realmente se perceber os riscos e se tentar inverter o ciclo, vai ser muito difícil controlar esse problema que entretanto já proliferou. Este é o meu ponto de vista. Há quem diga que as e-bikes são seguras porque nunca aconteceu nada de grave aqui por Sintra. O tempo o dirá, mas acho sensato ficar alerta e saber que medidas tomar quando se revelar imperativo toma-las. Obrigado pelo tempo despendido a ler esta minha opinião/sugestão.

Relativamente às atividades de recreio e lazer, encontra-se ainda em desenvolvimento um trabalho com o Parque Nacional Sintra Cascais e a EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, no sentido de encontrar soluções para os diversos tipos de utilizadores.

Quanto às restantes questões/observações, estas foram reencaminhadas para as entidades competentes, no caso, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e a Câmara Municipal de Sintra.

O ICNF refere, quanto a este assunto, que cogestores das áreas florestais públicas da Serra de Sintra têm estado a trabalhar num documento que irá condicionar a circulação de veículos motorizados nestas áreas, o qual já está numa fase avançada e irá seguir para implementação no terreno.

Decorrente da experiência adquirida com a implementação das regras e procedimentos relativos à circulação de veículos motorizados nas áreas florestais públicas da Serra de Sintra, os cogestores pretendem prosseguir com a elaboração de documentos semelhantes para outras atividades de recreio, em que reconhecem existir impactes negativos nos valores naturais, a que se seguirá a implementação de regras e procedimentos acordados para as mesmas.

11. Os seguintes caminhos públicos – Boca da Mata, Rio Velho e Fonte Velha – carecem desde há algum tempo de manutenção apropriada, tendo como consequência a utilização indiscriminada de caminhos privados, que se encontram bem cuidados. Pretende-se saber que entidade tem a competência para a manutenção destes caminhos e se existe algum planeamento para a sua manutenção num futuro próximo.

Tratando-se de caminhos públicos, a Parques de Sintra não possui competências para sobre eles atuar.

A Câmara Municipal de Sintra esclareceu, através do seu Gabinete Técnico Florestal, que os caminhos da rede viária florestal da serra de Sintra são anualmente sujeitos ao levantamento do seu estado após o período de chuvas e beneficiação anual de acordo com as prioridades de socorro definidas e por forma a garantir o auxílio em situação de emergência. À exceção dos

moradores, estes caminhos não são de acesso a carros ligeiros ou atividades desportivas não autorizadas por parte do Parque Natural de Sintra-Cascais. Os caminhos assinalados poderão ser avaliados no âmbito do levantamento de 2022.

a. Algumas reflexões: Dado que o Plano de Gestão admite algumas dificuldades financeiras devido à Pandemia, motivado pelo conseqüente abaixamento do turismo, e que o próprio Plano prevê, para minorar este problema, uma Diversificação do Modelo de Financiamento, bem como a continuação do controlo das espécies invasoras, que no Plano anterior ficaram aquém das expectativas, sugerimos o seguinte: As espécies invasoras produzem grande quantidade de massa e o seu controlo torna-se dispendioso; contudo, esta massa florestal pode ser valorizada e, assim, pagar os custos do controlo destas invasoras. Uma das formas de valorização desta massa florestal poderá ser a transformação desta quantidade de matéria, quer em estilha quer em "pellets", que podem ser ensacados em sacos de 70 litros e comercializados. A estilha pode ser comercializada para servir de "mulch" para espalhar em canteiros ajardinados, servindo de fertilizante e como forma de controlo de infestantes. Os "pellets" podem ser comercializados para queimar em recuperadores de calor próprios com a função de aquecer habitações. Para isto, é necessário investir numa fábrica de produção de estilha e de "pellets", e de ensacamento dos mesmos. Esta fábrica deve processar não só o material resultante do espaços públicos, como também das quintas privadas que, assim, podem, através da valorização deste material, poderem ter condições para controlar estas espécies, que, de outro modo, não o farão por ser dispendioso.

A Parques de Sintra tem como missão prioritária a gestão das áreas que lhe estão atribuídas com objetivos de conservação da natureza. Não obstante, a rentabilização dos ativos florestais é considerada nos processos de decisão sempre que esta é compatível com a conservação.

A valorização do material lenhoso é, assim, uma premissa de todas as operações. Esta valorização é materializada em processos de venda diferenciados através de categorias de aproveitamento – madeira para serração e madeira para biomassa. Faz-se igualmente o aproveitamento interno de biomassa para produção de calor em caldeiras da empresa.

Adicionalmente, os resíduos provenientes das ações de exploração florestal (valorizados) têm vários destinos, nomeadamente, a obtenção de substrato vegetal para utilização nos parques e jardins sob gestão da Parques de Sintra, estilha para *mulch* utilizado nesses mesmos locais e estilha para produção de energia térmica e elétrica em unidades exteriores à Parques de Sintra.

12. A apresentação em causa respeita apenas à área florestal sob gestão da PSML.

a. Qual a articulação com o ICNF e com os proprietários privados de forma a que o investimento da PSML não fique isolado e portanto resulte menos eficaz?

A articulação entre a Parques de Sintra e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Câmara Municipal de Sintra, estas últimas, entidade públicas, é efetuada através de reuniões regulares, sendo o Plano de Atividades das instituições partilhado e discutido anualmente.

A Parques de Sintra tem, na consulta às partes interessadas, a força motriz do potencial de articulação com os proprietários privados, dando-lhes a conhecer os trabalhos executados por esta empresa e planeados pelas restantes entidades, estando a Parques de Sintra sempre disponível para auxiliar tecnicamente todas as iniciativas privadas que contribuam para a salvaguarda do património natural na Serra de Sintra.

b. Há uma visão conjunta da serra de Sintra? Qual é a estratégia de gestão da paisagem de toda a área florestal e de que forma a atuação da PSML se insere nessa estratégia?

Sim, existe uma visão conjunta da Serra de Sintra, na qual a conservação da natureza se sobrepõe a qualquer outro objetivo. Está identificado o maior e mais grave problema a nível da gestão da paisagem, que é a existência e propagação de espécies invasoras. Neste sentido, existe uma estratégia global de controlo, contenção e renaturalização, com o objetivo final de reconversão dos povoamentos de invasoras em áreas naturalizadas.

13. Assiste-se à utilização da serra de Sintra para atividades poluentes e predadoras dos caminhos e dos muros, designadamente desporto dito de aventura:

- a. O que faz a PSML?
- b. Existem regulamentos para essas atividades?
- c. Quais os recursos da PSML em termos de vigilância?

A Parques de Sintra não tem competências para fiscalização e vigilância, sendo essas atividades realizadas pelos agentes autorizados.

Relativamente à questão dos regulamentos, ver resposta do ICNF à questão 11.